



ESCOLA DE GUERRA NAVAL



NÚCLEO DE AVALIAÇÃO
DA CONJUNTURA

BOLETIM

GEOCORRENTE

06 de maio de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • Nº 138



**O novo plano estratégico britânico
e seu reposicionamento na região
Ásia-Pacífico**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM

GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando responder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE SILVIO LUIS DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR CHEFE

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

ANA LAURA MARÇAL MONSORES (UFF)

BRUNA SOARES CORRÊA DE SOUZA (UNILASALLE)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (EGN)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPARGILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

EUROPA

GUILHERME FRANCISCO PAGLIARES DE CARVALHO (UFF)

MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

LUÍS FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)

MARIA CLAUDIA MENEZES LEAL NUNES (USP)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MARIA GABRIELA VELOSO CAMELO (PUC-RIO)

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

IÁSMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

GUILHERME NOVAES SILVA PINTO (UFRJ)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL		China e Estados Unidos: desencontro tecnológico 12
Conflito na fronteira entre Colômbia e Venezuela 5		SUL DA ÁSIA
América do Sul e Caribe: cooperação marítima e ambiental como instrumento de coesão regional 6		Índia, Bangladesh e a questão do Rio Tista 13
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA
Hidropolítica: tensões entre Etiópia, Egito e Sudão no Nilo Azul 7		Base indonésia de apoio a submarinos 14
Na encruzilhada entre Índia e China, o dilema de Madagascar 8		ÁRTICO & ANTÁRTICA
EUROPA		A proposta russa em uma extensão dos direitos sobre os recursos no Ártico 15
O novo plano estratégico britânico e seu reposicionamento na região Ásia-Pacífico 9		TEMAS ESPECIAIS
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Mudanças climáticas e a reorganização internacional: Cúpula dos Líderes sobre o Clima 2021 16
Tensões Israel-Irã: situação político-estratégica 9		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa 17
RÚSSIA & Ex-URSS		Calendário Geocorrente 17
A reforma constitucional da Federação Russa - uma transição à russa? 10		Referências 18
LESTE ASIÁTICO		Mapa de Riscos 19
Política Externa chinesa para o Oriente Médio 11		

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

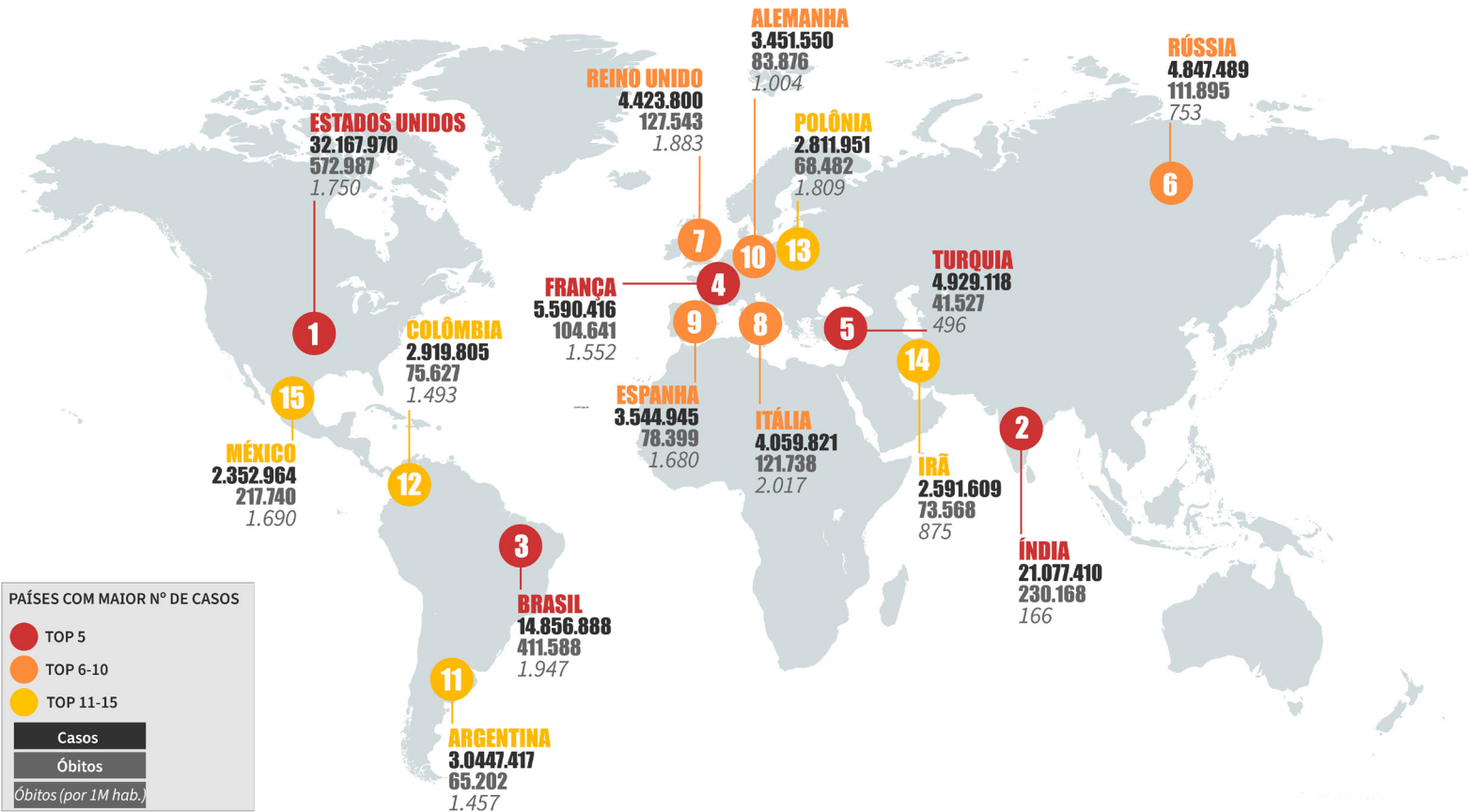
Desconsiderando a pandemia de COVID-19



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 06 de maio de 2021.



ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

PANDEMIA DA COVID-19				
Vacinação pelo mundo				
Ranking dos países com mais doses aplicadas e colocação correspondente à população vacinada				
País	Doses aplicadas*		População vacinada (%)	Vacinas
	(milhões)	(por 100 pessoas)		
China**	289,6 (1°)	21	-	Sinopharm/Beijing Sinopharm/Wuhan Sinovac
Estados Unidos	249,5 (2°)	75	45 (9°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech
Índia	159,9 (3°)	12	9,5 (64°)	Covaxin Oxford/AstraZeneca Moderna
Reino Unido	50,6 (4°)	76	52 (6°)	Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
Brasil	45,6 (5°)	22	15 (53°)	Oxford/AstraZeneca Sinovac
Alemanha	32,5 (6°)	39	31 (22°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Turquia	24,1 (7°)	29	17 (49°)	Pfizer/BioNTech Sinovac
França	23,4 (8°)	35	25 (37°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Itália	22,1 (9°)	37	26 (31°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Rússia	20,7 (10°)	14	8,8 (92°)	EpiVacCorona Sputnik V

*É contado como uma dose única e pode não ser igual ao número total de pessoas vacinadas, dependendo do regime de dose específico (por exemplo, as pessoas receberem doses múltiplas).

**O país não forneceu dados sobre o número de pessoas que foram parcialmente ou totalmente vacinadas.

Conflito na fronteira entre Colômbia e Venezuela

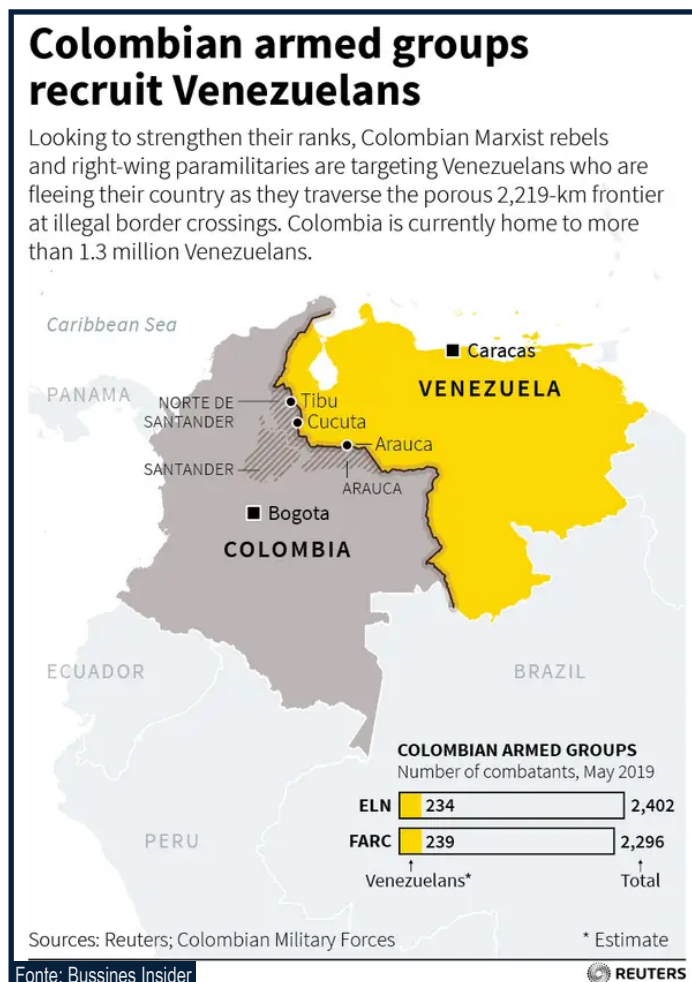
Victor Cabral

A crise estrutural na Venezuela tem feito com que o presidente Nicolás Maduro tenha dificuldades para governar o território venezuelano, em virtude da falta de dinheiro para manter o funcionamento do Estado. O vácuo de poder tem permitido que guerrilhas assumam o controle de áreas territoriais estratégicas, como as fronteiras. Visando evitar a perda permanente de controle, Maduro estabelece alianças com algumas dessas guerrilhas para manter presença estatal nas comunidades. Entretanto, o presidente acaba deparando-se com grupos armados que não aceitam os termos dos acordos e negociações de seu governo, culminando em embates contra suas forças de segurança. Tendo isso em vista, cabe apontar as principais questões relativas ao conflito na fronteira com a Colômbia, que ocorre desde 21 de março de 2021, com uma dessas guerrilhas.

Venezuela e Colômbia possuem mais de 2219 km de fronteira compartilhada que encontrava-se vulnerável às ações do grupo *Frente Décimo Martín Villa*, grupo colombiano dissidente das FARC e que dominava a cidade de La Victoria, no estado de Apure, até que o Exército venezuelano passou a atacá-lo em 21 de março. Devido aos combates terrestres e bombardeios,

a população civil cruzou o rio Arauca para buscar refúgio na cidade colombiana de Arauquita. Por outro lado, aqueles que ficaram denunciam graves violações de Direitos Humanos por parte das forças venezuelanas. Os militares têm sido acusados de prenderem e julgarem civis por darem cobertura à guerrilha, sendo então alguns deles torturados e mortos, segundo relatório da *Human Rights Watch*.

A Colômbia entende os ataques na fronteira como sendo uma tentativa de intimidação de Maduro para um dia voltar-se contra o país, especialmente por proteger outras guerrilhas em seu território. Já a Venezuela acredita que as guerrilhas dissidentes das FARC são patrocinadas pela Colômbia e pelos Estados Unidos, para gerarem caos social no país a ponto de que ocorra intervenção humanitária estrangeira para derrubar seu governo. Enquanto isso, mais de 6 mil venezuelanos fugiram para a Colômbia e cerca de 10 militares da Venezuela já teriam sido mortos. É necessário que haja o desarmamento dessas guerrilhas e mediação do conflito, ou por negociadores internacionais da ONU, ou pelos mecanismos multilaterais sul-americanos, para que se evite interferência geopolítica estrangeira na região.



A pauta da preservação ambiental se tornou uma questão geopolítica relevante para a promoção da cooperação multilateral. A discussão sobre a exploração sustentável dos recursos naturais e a necessidade de conter o aquecimento global é recorrente nos fóruns multilaterais da ONU e nos encontros regionais. Contudo, a cooperação regional entre os países sul-americanos e caribenhos não têm apresentado efetividade em suas organizações intergovernamentais, como o Mercosul e a OEA, evidenciando a falta de coesão entre os Estados. A região possui recursos naturais, tornando imperativa sua participação nas decisões sobre preservação ambiental. Como a emergência da pauta ambiental, portanto, pode contribuir para a intensificação da cooperação regional na América do Sul e Caribe?

A *International Maritime Organization* (IMO), agência da ONU especializada em segurança e preservação marítima, juntamente à Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) e mais trinta países lideram o projeto *GoLitter*, que objetiva o desenvolvimento sustentável, prevenção e redução de lixo marinho produzido pelos setores da indústria marítima e portuária de economias emergentes. Dentre os países participantes, destacam-se: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Panamá e Peru. A iniciativa faz parte da “Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável” para 2030 da ONU, cuja missão consiste em catalisar soluções científicas

transformadoras para o desenvolvimento sustentável, conectando pessoas e o oceano. Brasil e Costa Rica estão entre os principais países parceiros do *GoLitter*, tendo papel de liderança para o aprofundamento da cooperação regional.

América do Sul e o Caribe criaram, em 2018, seu primeiro tratado ambiental, o Acordo Escazú. Todavia, a iniciativa encontra dificuldades, pois somente uma parcela dos países ratificaram o acordo dentro do prazo limite. O objetivo inicial era garantir o acesso público às informações e decisões nos processos ambientais e maior segurança aos profissionais que trabalham em defesa do meio ambiente, já que a América do Sul apresenta os maiores índices de violência contra os defensores ambientais, segundo relatório de 2020 da ONG *Global Witness*. O Chile, um dos idealizadores do acordo ao lado da Costa Rica, é hoje seu maior opositor. O país afirma que as obrigações progressivas e específicas sobre o acordo são de difícil implementação e abrem margem para interferência internacional.

Um consenso na assinatura do tratado e o efetivo envolvimento conjunto dos países sul-americanos e caribenhos na pauta ambiental fortaleceriam a região e a protegeriam da interferência externa, trazendo maior coesão geopolítica, abrindo espaço para expansão da cooperação regional e alavancando seu desenvolvimento sustentável.



Hydropolítica: tensões entre Etiópia, Egito e Sudão no Nilo Azul

Vivian Mattos

Nas últimas duas décadas, a Etiópia manteve-se no *ranking* dos maiores crescimentos econômicos do mundo, com elevação média de 9% do PIB ao ano. Esse crescimento está pautado em três pilares: atração de investimento estrangeiro direto, industrialização e aplicação de capital nos setores de infraestrutura. A escolha econômica etíope está alinhada ao seu projeto de transformar o país em uma potência regional nos setores político, energético e ambiental. Conseqüentemente, para alcançar este desígnio, a Etiópia vem, desde 2011, construindo uma hidrelétrica no Nilo Azul, a *Grand Ethiopian Renaissance Dam* (GERD), que será a maior do continente. Logo, cabe analisar os cenários a partir da construção da usina para a região.

Após sua conclusão, a usina terá uma capacidade produtiva de 6.500 MW, ampliando assim, a sua fronteira de expansão econômica e possibilitará a venda de energia para os países do entorno, dado o excedente energético. Apesar dos benefícios que a usina trará ao contínuo desenvolvimento etíope, o projeto traz tensões entre Etiópia, Sudão e Egito devido à posição geográfica da hidrelétrica. O Nilo Azul abastece parte do Sudão e 95% do Egito. Considerando que as regiões que têm seu fornecimento hídrico atrelado ao rio são, em sua maioria, desérticas, a construção de uma usina como a GERD

pode tanto afetar o abastecimento de água, como iniciar um processo de desertificação em zonas estratégicas dos demais países, como é o caso do Delta do Nilo, podendo afetar o acesso à água a aproximadamente 140 milhões de pessoas.

Ao longo dos últimos 10 anos, os três Estados tentam negociar um acordo por meio da mediação da União Africana, porém sem sucesso. Não obstante, em abril de 2021, o presidente egípcio, Al-Sisi, alertou que, caso a usina etíope inicie seu funcionamento sem um acordo vinculante entre os litigantes, a região vivenciará uma “instabilidade inimaginável”. Ao mesmo tempo, o governo da Etiópia anunciou que, com ou sem acordo, a hidrelétrica será inaugurada e que não aceitará a intervenção de Estados não-africanos na mediação.

Ademais, no impasse entre a busca da soberania energética etíope e a segurança hídrica dos demais, é necessário que os três países africanos decidam conjuntamente, ou por fóruns multilaterais, a governança dos recursos hídricos compartilhados, sem que o projeto de um afete os outros. Destaca-se que uma escalada das tensões não seria benéfico para a Etiópia, tendo em vista o seu propósito de consolidar-se como uma potência diplomática e pan-africanista no continente.



Na encruzilhada entre Índia e China, o dilema de Madagascar

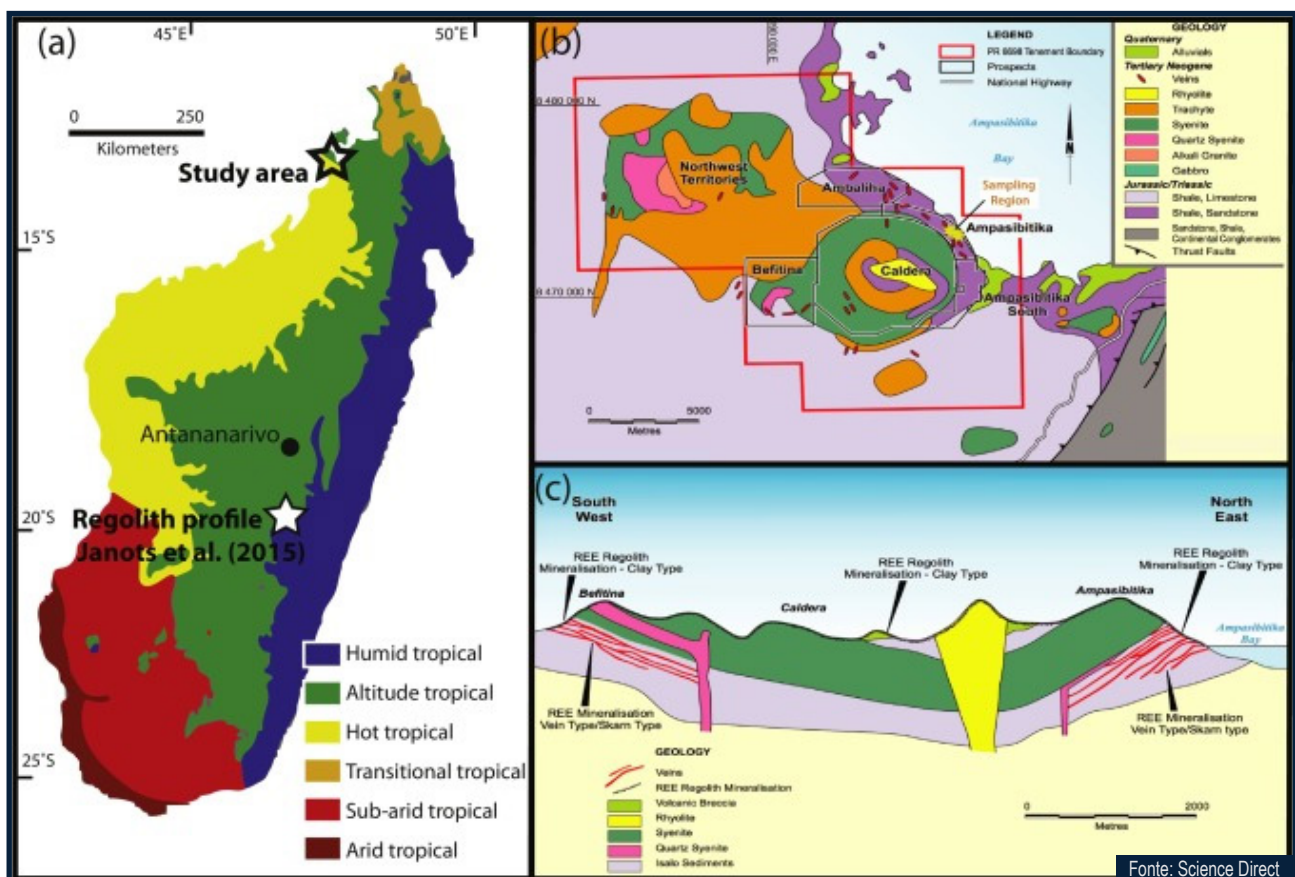
Franco Alencastro

A sobreposição de zonas de influência na África e na Ásia foi um dos fatores que levou ao crescimento da rivalidade entre as potências europeias na virada do século XX. Hoje, é possível afirmar que fenômeno similar está ocorrendo no cenário do Oceano Índico, palco de uma disputa por influência entre Índia e China. Nesta região, a Índia tem buscado ampliar seu raio de atuação, mas esse movimento tem contribuído para criar atritos com a predominância que a China busca exercer sobre o continente africano. A interseção entre essas duas zonas de influência, a costa africana do Oceano Índico, é onde essa disputa ganha maior intensidade e a Ilha de Madagascar representa um dos maiores pontos contenciosos. Cabe, por este motivo, a análise a respeito de seu lugar nessa disputa hegemônica.

No dia 4 de fevereiro de 2021, a Índia sediou a Cúpula Ministerial de Defesa do Oceano Índico, que incluiu representantes dos ministérios da Defesa de todos os países da região. Em pauta, uma ordem marítima baseada em normas e a proteção à liberdade de navegação, com a Índia exercendo um papel de liderança em ambos os aspectos. Porém, a Ilha de Madagascar, maior ilha da margem africana do Oceano Índico, se mostra um

obstáculo particularmente desafiador para a consecução dessa nova ordem.

Posicionada estrategicamente em um ponto de estrangulamento — o Canal de Moçambique — a República de Madagascar estreitou seus laços com a China nos últimos anos. Em 2015, a China substituiu a França como seu maior parceiro comercial. Madagascar também tem sido palco de investimentos chineses: em 2019, a empresa *China Nonferrous Metal Mining Group* (CNMC) obteve os direitos de mineração de depósitos de terras raras (*Rare Earth Elements - RREs*) em Madagascar. Como resultado, a produção de terras raras disparou no país insular, que hoje é o maior produtor africano. Esses elementos, que possuem uma gama variada de aplicações em setores de alta tecnologia e Defesa, têm hoje a China como seu principal produtor, somando 62% da produção mundial. Ao obter os direitos de exploração em Madagascar, a China assegura seu controle sobre este mercado, ao mesmo tempo em que estreita suas conexões com o país insular. Porém, entre a geoestratégia chinesa e a aproximação marítima da Índia, é provável que o país tenha que fazer uma escolha.



O novo plano estratégico britânico e seu reposicionamento na região Ásia-Pacífico

Guilherme Carvalho

No início deste ano, foi publicado o *Integrated Review*, documento detalhando a nova visão estratégica elaborada por Londres para sua Política Externa e de Defesa. Ele apresenta uma abordagem mais realista das atuais capacidades do Reino Unido, colocando-o como um “poder-médio”, e propõe uma abordagem completa de como Londres deve atuar no sistema internacional, em uma realidade pós-*Brexit*. O documento tangencia tópicos desde mudanças climáticas até dissuasão nuclear, e propõe uma atuação mais intensificada na Ásia-Pacífico, o que se deve, principalmente, à China. Desta maneira, como o Reino Unido conseguirá cumprir seus objetivos do *Integrated Review*, inserindo-se mais na Ásia-Pacífico, sem atrapalhar a relação com Pequim?

A China é mencionada de maneira cautelosa no documento e, hoje, representa uma situação ambígua ao governo britânico: apesar de ser um dos maiores parceiros comerciais do Reino Unido, a expansão chinesa no Sudeste Asiático é algo totalmente indesejado por *Downing Street*. Por outro lado, recentes movimentos da política comercial britânica indicam que os investimentos na indústria de Defesa podem constituir um caminho interessante para firmar Londres como parceiro comercial estratégico de países na Ásia-Pacífico. Essa se configura uma ideia interessante pois a China, até o momento, não

investe intensamente na indústria de Defesa dos países no entorno, e sim em tópicos como infraestrutura e transportes, por meio de projetos como o *Belt and Road*.

No *Integrated Review*, o incentivo à indústria de Defesa, à diplomacia militar e ao comércio internacional demonstra congruência com recentes notícias divulgadas na imprensa, como o envio do novíssimo porta-aviões HMS *Queen Elizabeth* ao Sudeste Asiático, a construção de navios-patrolha para a Marinha tailandesa e o corrente ingresso no Tratado de Parceria Transpacífico, uma das maiores zonas de livre comércio do mundo. Além disso, a tradição, tecnologia *high end* e confiabilidade dos equipamentos britânicos os colocam em interessante posição de destaque no mercado internacional de Defesa, que ainda encontra certa desconfiança dos produtos chineses.

Como se observa, Londres está colocando foco em suas relações com a Ásia sem, entretanto, buscar o acirramento de conflitos com a China. Deste modo, as novas estratégias para entrega e incentivo de soluções de Defesa para a Ásia-Pacífico, unidas com uma relação estável com Pequim, considerada um “desafio sistêmico” pelo *Integrated Review*, podem se mostrar o caminho para um maior crescimento da economia e influência britânica pós-*Brexit*.

DOI 10.21544/2446-7014.n138.p09.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Tensões Israel-Irã: situação político-estratégica

Pedro Albit e Marina Corrêa

Israel e Irã são países que buscam o desenvolvimento nuclear e poderiam cooperar neste setor, porém, possuem relações conturbadas baseadas na desconfiança e na competição, por vezes envolvendo demais atores extrarregionais. Israel tem obtido apoio ao estabelecer relações diplomáticas com países do mundo árabe devido ao sentimento mútuo anti-Irã. Sendo assim, cabe analisar em que medida os recentes acontecimentos podem aumentar as tensões geopolíticas entre os dois Estados.

O Irã é uma República Islâmica que possui desavenças com países do entorno, não somente pela religião, mas também, por questões geopolíticas devido às suas ações consideradas expansionistas, em especial no que se refere à capacidade nuclear. O país sofreu diversas sanções nas últimas décadas por parte dos EUA, essencialmente pelo projeto de enriquecimento de urânio. Israel, por sua vez, opõe-se à retomada do Acordo Nuclear entre EUA e Irã

e, para isso, busca isolar o país islâmico — vale destacar que nem sempre Israel assume a responsabilidade das investidas contra o Irã.

O conflito Israel-Irã não é recente, porém a situação tem piorado desde março. Em 10 de abril, o governo iraniano anunciou que avançava no processo de enriquecimento de urânio no campo de Natanz ([Boletim 122](#)). No dia seguinte, tal campo foi alvo de um blecaute. O blecaute teria afetado a rede elétrica do complexo, acarretando cerca de nove meses de atraso nos projetos. Para os iranianos, esse foi um “terrorismo nuclear” causado por Israel, visto que o incidente ocorreu após reunião deste com os EUA. Como resposta ao ataque, Hassan Rohani, presidente iraniano, afirmou que o país elevará a 60% o enriquecimento do urânio — mais próximo ao limite de 90%, que possibilitaria o uso militar. Além da situação nuclear, a proximidade entre os países >>>

é algo preocupante, haja visto os recentes lançamentos de mísseis e ataques a bases militares, sobretudo partindo de Israel em direção à Síria, aliada iraniana.

Deve-se levar em consideração que Tel-Aviv passou pela sua quarta eleição legislativa em dois anos, evidenciando a dificuldade de estabilizar a política interna. Desse modo, no momento em que o acordo

nuclear iraniano é renegociado, diante das provocações e a propaganda contra o Irã como ameaça à segurança nacional israelense, pode ser esse o desejado capital eleitoral em nome da unidade e segurança do país. Tais acontecimentos ressaltam o risco de um eventual escalonamento para um confronto direto e declarado, onde ambos parecem estar dispostos ao conflito armado.



DOI 10.21544/2446-7014.n138.p09-10.

RÚSSIA & EX-URSS

A reforma constitucional da Federação Russa - uma transição à russa?

Pedro Martins

Recentemente, a Rússia aprovou propostas de reformas constitucionais que abrangem variados temas políticos e que podem ser vistos como mecanismos de transição de poder. Vale pontuar que Vladimir Putin tornou-se presidente pela primeira vez em 1999, após a renúncia de Boris Yeltsin. Com sua eleição no ano seguinte, Putin se manteve no poder da Federação Russa desde então, sempre alternando entre posições de presidente e primeiro-ministro. Sendo assim, como as recentes reformas constitucionais afetam essa estrutura de poder, vigente nos últimos 21 anos?

Para isso, primeiro é necessário entender a origem da Rússia contemporânea. A partir de 1992, o país passou por uma transição brutal para uma democracia capitalista, algo inédito no país. Até sua renúncia, Yeltsin (1992-1999) lidou com dois conflitos na Chechênia (1991-1996 e 1999-2000) e uma crise econômica. Desde que assumiu o poder em 2000, o presidente Putin buscou

estabilizar o país e tentar retomar uma parte da sua influência como grande potência no cenário internacional. Tendo esse pano de fundo bem estabelecido, percebe-se a longevidade e a popularidade do governante. As recentes mudanças indicam mais um episódio na trajetória de reformas dentro do governo russo. Desde 2017, estes mudaram governadores de províncias russas colocando nomes sem experiência política, bem como mudou o gabinete do primeiro-ministro e o próprio primeiro-ministro, cargo atualmente ocupado por Mikhail Mishutin.

Ademais, as reformas constitucionais de agora limitam o período presidencial a dois mandatos — até então, eram dois consecutivos, de seis anos cada —, mas permite que o ocupante no cargo na ocasião da aprovação da emenda possa se candidatar para mais dois termos, o que permitiria a Putin ficar no poder até 2036.

Junto a estas medidas, foram criados mecanismos que permitiriam a resolução de divergências com o >>>

futuro presidente, a saber: a mudança da composição do Conselho Federal da Federação Russa para os senadores, representantes das unidades constitutivas da Federação Russa, membros apontados pelo presidente da Federação Russa e os ex-presidentes. Esse Conselho Federal será responsável por autorizar a demissão de juizes e nomear ministros ligados à segurança nacional. Observa-se, então, o que foi chamado de uma “política de seguro”

ante a abusos de poder, como indicado pela analista política russa Tatiana Stanovaya.

Nesse sentido, considera-se que as reformas constitucionais da Federação Russa sejam uma etapa na transição da Federação Russa ao pós-Putin. Porém, ressalta-se que estas foram desenhadas de forma a garantir ainda bastante controle pelo próprio presidente atual, limitando potenciais tendências autoritárias.

DOI 10.21544/2446-7014.n138.p10-11.

LESTE ASIÁTICO

Política Externa chinesa para o Oriente Médio

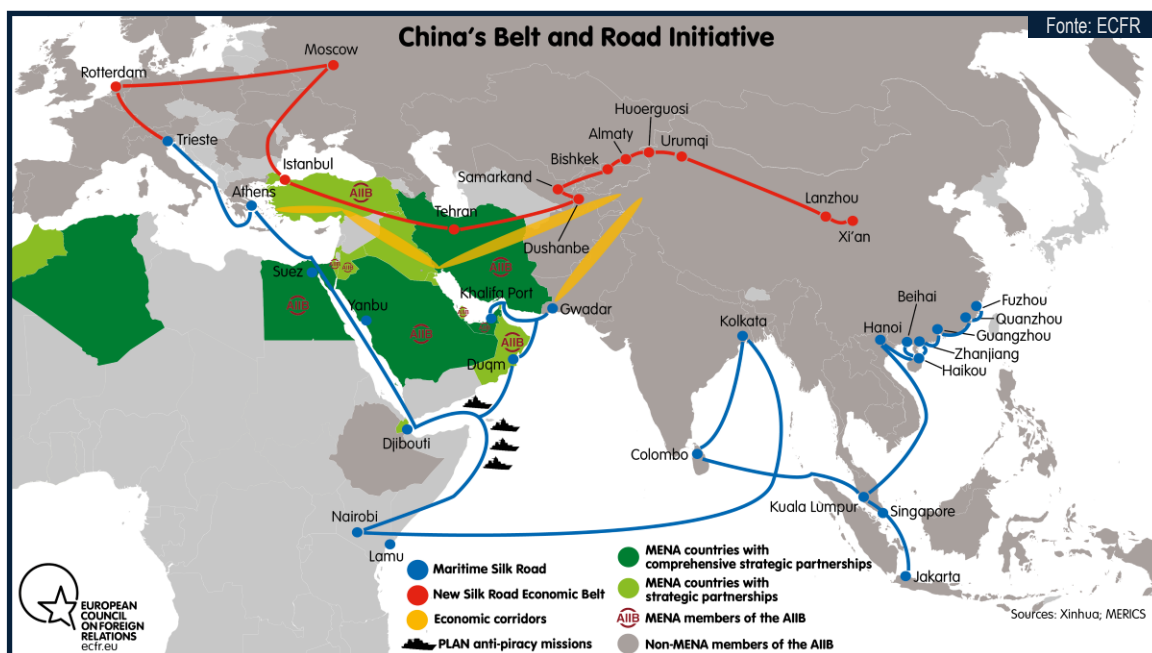
Com sua enorme capacidade de produção, a China se configura como fábrica mundial, ao passo que o Oriente Médio é o seu tanque de combustível, bem como catalisador da interligação do comércio mundial. À medida em que China e Oriente Médio se tornam mais conectados, deve ser considerado onde esses laços podem levá-los em seus respectivos caminhos de desenvolvimento. Nesse sentido, de que forma o estabelecimento de relações mais estreitas com países do Oriente Médio, muitos dos quais são aliados dos EUA, orientam a política externa chinesa?

A demanda de petróleo da China quase triplicou nas últimas duas décadas, respondendo em média por um terço do crescimento da demanda global de petróleo a cada ano. Nesse sentido, o *Arab Policy Paper*, em 2016, indicou que fortaleceria suas relações com os países da região árabe, subsequentemente, com a “Declaração de Ação sobre a Cooperação China-Estados Árabes”, em 2018. Mais recentemente, em 2021, a China firmou acordo com o Irã, país com larga importância geoestratégica. Atingido pelas sanções estadunidenses, o Irã precisa de parceiros para vender seu petróleo, enquanto a China, que também sofre com sanções, quer aumentar

Filipe Porto e Isadora Novaes Bohrer

sua influência política e econômica no Oriente Médio. Ambos os países assinaram acordo de US\$ 400 bilhões, reforçando sua cooperação antagônica à Washington. Pequim investirá em todo o Irã pelos próximos 25 anos em troca de petróleo. O acordo também prevê cooperação em segurança e uma parceria de inteligência. Para além do Irã, o chanceler chinês, Wang Yi, visitou também Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Omã, e conversou por telefone com ministros do Iraque e da Jordânia. Wang também propôs mediar os debates da questão Israel-Palestina em um amplo programa com o objetivo de alcançar potências regionais.

Todo o Oriente Médio está se tornando um local onde a atividade e influência da China aumentam. Para Pequim, este território significa oportunidade e necessidade, e os chineses expandem seus laços para além do petróleo. A *commodity* continuará essencial para corresponder ao consumo em expansão do país asiático, contudo, o crescente desinteresse estadunidense pela região abre espaço para novos projetos e alianças ainda não explorados ou limitados pela interferência dos Estados Unidos, criando oportunidades para a China.



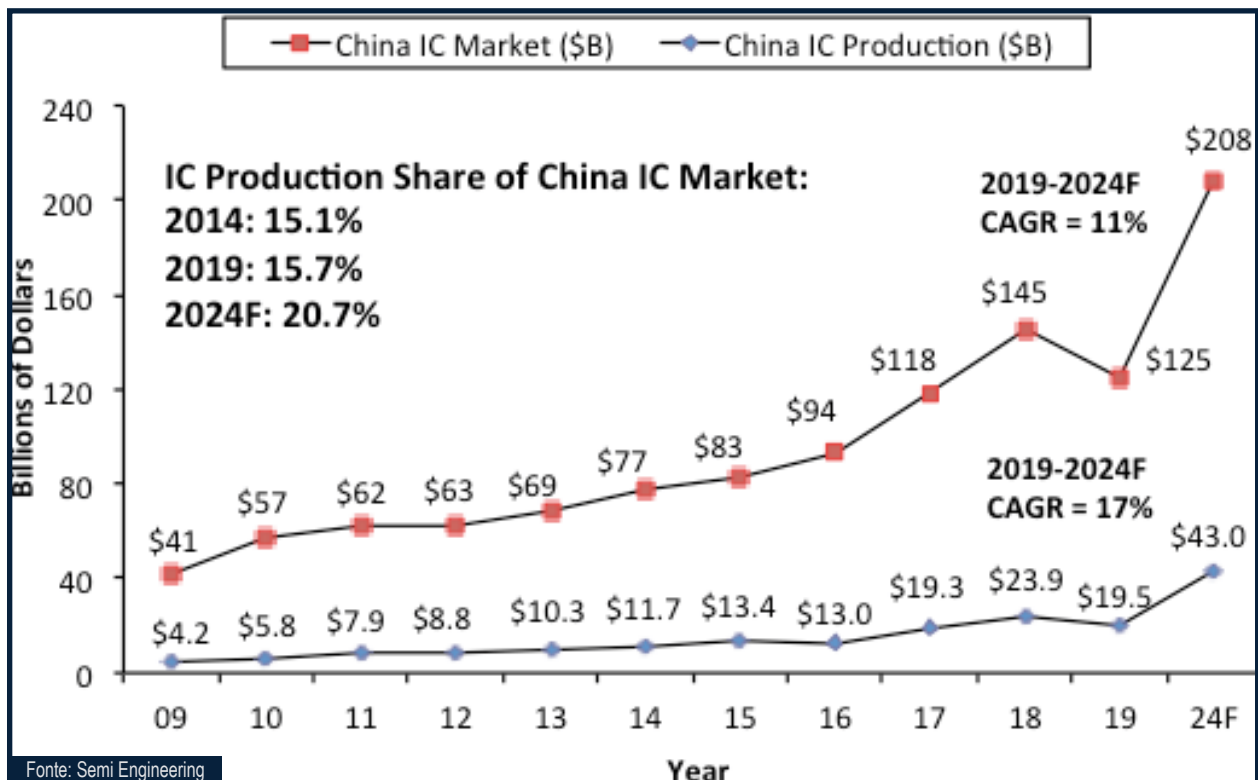
O desenvolvimento tecnológico da China na última década tem sido nada menos do que impressionante. Nos dois últimos planos quinquenais do Partido Comunista, a tecnologia e a criação de um ambiente de inovação tiveram lugar de destaque. Nesse momento, a China ameaça a liderança mundial dos Estados Unidos e seus aliados em setores chaves, como vemos na competição da implementação do 5G e o rápido desenvolvimento de suas capacidades de inteligência artificial (IA). Essa competição tecnológica e a crise de semicondutores estariam criando um cenário de desassociação tecnológica entre China e Estados Unidos e uma eventual divisão mundial em termos tecnológicos-ideológicos?

Os semicondutores, conhecidos como *microchips*, são um produto de grande sensibilidade estratégica, algo que a China sabe ([Boletim 135](#)). No ano de 2020, os chineses compraram cerca de US\$ 143 bilhões de dólares em *chips*, no entanto, apenas 5,8% dos semicondutores foram fabricados nacionalmente. Como resultado, observamos um investimento maior do governo nesta indústria, na ordem de US\$ 35 bilhões, além de menção específica no 14º Plano Quinquenal aprovado em março deste ano. Essa oficialização de independência tecnológica vem junto com o anúncio da *Chinese Semiconductor Industry Association* (CSIA) abrindo parceria com a *Semiconductor Industry Association* (SIA) para discutir

propriedade intelectual e políticas comerciais.

Tais sinalizações pela China são preocupantes para os Estados Unidos e seus aliados. Neste ano, um relatório da *National Security Commission on Artificial Intelligence* (NSCAI) delineou que os norte-americanos estão com liderança tecnológica fragilizada, especialmente no campo de IA, e que a China já os superou em alguns subcampos da pesquisa. Essa preocupação sobre a ascensão tecnológica de Pequim é reiterada por outros atores como o Reino Unido: em discurso feito por Jeremy Fleming, diretor do *Government Communications Headquarters* (GCHQ), ressaltou-se o medo acerca de uma dominação chinesa da operação de determinados sistemas globais. Em resposta a esse receio, a administração Biden anunciou planos de investir US\$ 180 bilhões no campo de "indústrias do futuro", computação quântica, e produção de semicondutores, componentes considerados fundamentais para o desenvolvimento de IA.

O acirramento da disputa é inevitável, mas com a crise dos semicondutores, nota-se a aceleração de uma dissociação tecnológica entre os dois polos. Essas infraestruturas desenvolvidas vão se tornar incompatíveis por questões de segurança e, como resultado, países sem o necessário desenvolvimento tecnológico terão que escolher um alinhamento ideológico para obter tal estrutura.



Índia, Bangladesh e a questão do Rio Tista

Iasmin Gabriele Nascimento

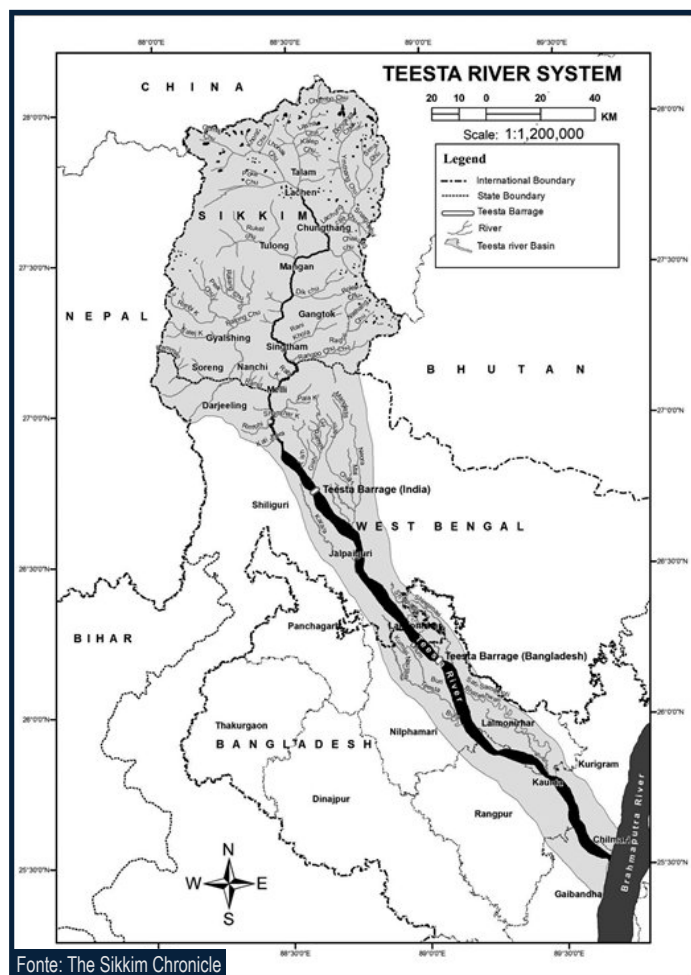
Recursos hídricos são de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento de uma nação, e dividi-los geograficamente com outro Estado pode ser um ponto sensível em suas relações bilaterais. Um dos principais rios de Bangladesh é o rio Tista, que tem sua origem no Himalaia Oriental e percorre uma parte da Índia, seguindo em direção à Bangladesh. As águas do rio Tista e seu compartilhamento entre as duas nações do Sul da Ásia são hoje provavelmente a questão geopolítica mais sensível na relação entre ambos, sendo motivo de disputas desde a época da independência indiana dos britânicos. Sendo assim, quais as possíveis consequências geopolíticas que a ausência de um acordo hídrico poderia trazer para a Índia?

É interessante para a Índia manter boas relações com Bangladesh no que tange ao compartilhamento do rio, mas as negociações não tem um avanço significativo há anos. Há cerca de uma década, Bangladesh e Índia tentam fechar um acordo sobre o compartilhamento do rio, que acabou sendo postergado por conta de uma decisão do governo indiano. Para os bengalis, resolver essa questão é crucial: as águas do rio são fonte de renda e de subsistência para milhões de seus habitantes. Apesar

de compartilharem as águas de diversos rios, não há acordos recentes entre as duas nações que foquem no assunto, de acordo com o *Daily Star* e *The Diplomat*.

A omissão do governo indiano sobre o assunto deu espaço para a China. O governo de Bangladesh, apesar de ter a Índia como um de seus principais parceiros estratégicos, passou a considerar uma proposta do governo chinês, para a criação de um canal manejável utilizando o rio Tista. De acordo com o portal de notícias *The Third Pole*, o governo bengali arcaria com 15% do valor total do investimento, enquanto o governo chinês pagaria os outros 85%, sendo o custo total de cerca de 130 milhões de dólares. Há ainda uma preocupação com a diminuição dos níveis de água, decorrente tanto da ação humana direta quanto do aquecimento global. Aceitar a proposta chinesa poderia ampliar as mazelas causadas aos bengalis que dependem do rio para sobreviver.

Portanto, para a Índia, negligenciar a questão do rio Tista e não realizar um acordo dariam ainda mais espaço para Pequim prosseguir com seus planos na região e, possivelmente, Nova Delhi poderia perder uma parte de sua influência no seu vizinho enquanto maior parceiro regional.



Fonte: The Sikkim Chronicle

Base indonésia de apoio a submarinos

Gabriela Veloso

A Indonésia vem buscando incrementar sua indústria de Defesa, de forma a garantir maior independência, não só militarmente mas, também, em outros setores, como o de tecnologia. Em paralelo ao aprimoramento desta indústria, a potência regional tem buscado ainda novas relações diplomáticas e comerciais para além do Sudeste Asiático e dos clássicos Estados Unidos e China, vide os diálogos recentes com França e Japão ([Boletim 137](#)). No início do mês de abril, mais um desses planos de projeção internacional foi oficialmente posto em prática: a construção da estação de apoio a submarinos no Mar do Sul da China (MSC). Em tempos de pandemia, muitos se perguntam o que significa e até questionam a relevância do início de uma construção como essa.

A estação, pensada desde 2016, está localizada em *Pulau Natuna Besar*, ao longo do Estreito de Lampa e ficará sob tutela da Primeira Esquadra da Marinha da Indonésia assim que finalizada. De acordo com autoridades locais, o plano é futuramente tornar a base naval de Ranai a principal base da Marinha indonésia. Para isso, ela deve ser modernizada a ponto de possibilitar ressuprimento, reabastecimento de combustível, reparo, descanso e recreação (“5R” – *rebase, replenishment, repair, rest and recreation*).

A pandemia da COVID-19, sem dúvida, atrasou os planos da Defesa, mas o chefe do Estado Maior da Marinha da Indonésia, Yudo Margono, entende que, por outro lado, não é preciso esperar por um grande orçamento para começar, mas sim, planejar e concretizar os projetos, a partir das prioridades selecionadas. Tal afirmação foi feita no início do mês de abril, em cerimônia que marcou o ponto de partida da construção da base. Com o triste desastre do submarino KRI Nanggala (402) da classe Cakra, que afundou com 53 pessoas a bordo ao norte de Bali no fim de abril, provavelmente a Marinha da Indonésia buscará investir ainda mais na base em construção e nos programas de modernização de sua Esquadra, mesmo com a complexa situação pandêmica em curso.

O início da construção da base traduz a atual mentalidade do governo indonésio em fortalecer seu entorno estratégico. Por mais que não possuam nenhuma reivindicação aos territórios do MSC, eles reconhecem que as águas, principalmente ao norte de Natuna, são atrativas para muitos países e o conflito de interesses entre estes pode impactar direta ou indiretamente seu Estado a qualquer momento.



A proposta russa em uma extensão dos direitos sobre os recursos no Ártico

Raphaella Costa

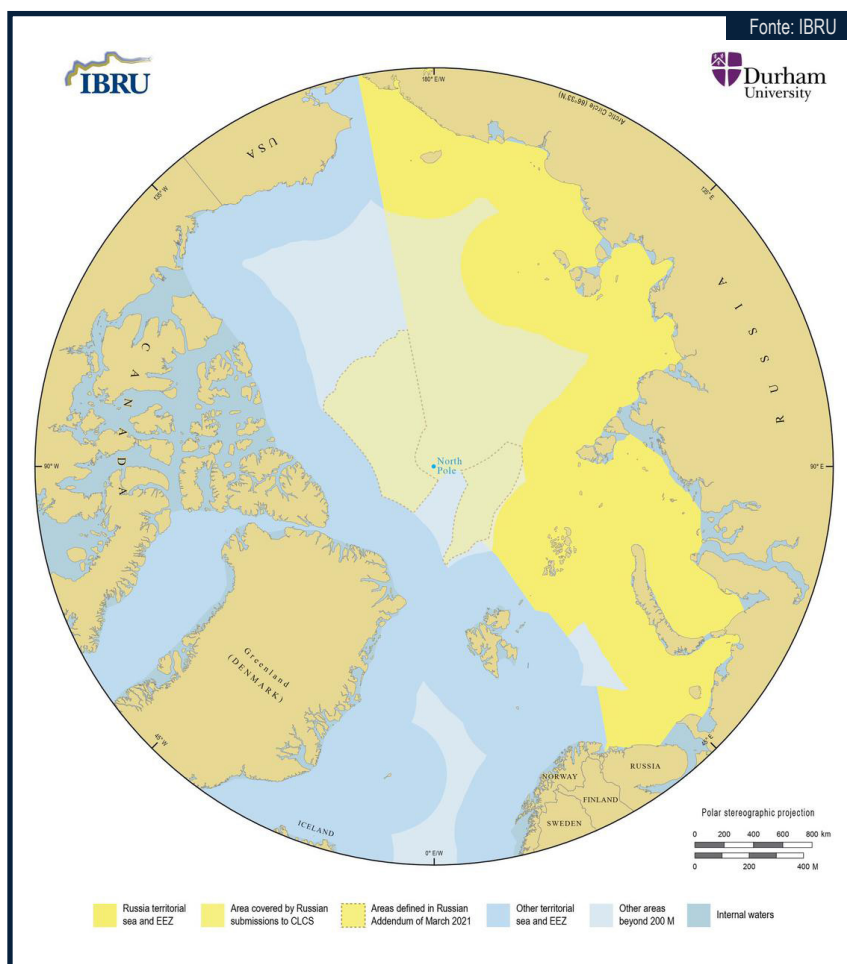
As tensões geopolíticas no Ártico têm como motivação, dentre outros fatores, as disputas por territórios marítimos. O interesse da Rússia pelo mar Ártico é evidente desde 2007, quando dois submersíveis do país realizaram uma expedição a 4.300 metros no fundo do oceano para fincar uma bandeira russa de titânio no Polo Norte, também coletando amostras do solo a fim de comprovar a similaridade com a formação geológica russa. Logo, a partir de um viés territorialista, de que maneira Moscou se impõe no extremo Norte do Planeta com o objetivo de garantir a sua soberania ártica?

Em abril de 2021, foi divulgada a reivindicação russa realizada formalmente à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLCS, sigla em inglês) em que o país demandou a ampliação em aproximadamente 705.000 km² do seu direito de exploração de recursos no Ártico, sobrepondo requerimentos canadenses e groenlandeses de extensão de suas plataformas continentais. Caso a investigação a respeito do prolongamento natural seja bem-sucedida, serão concedidos direitos exclusivos aos russos, não apenas, às reservas abundantes de petróleo e gás, como também aos depósitos de minerais rochosos, incluindo cobalto, níquel e manganês, matérias primas essenciais para as

economias modernas. Desta forma, o requerimento de Moscou diz respeito exclusivamente aos direitos soberanos dos recursos do solo e subsolo marinhos, não incluindo aqueles localizados na coluna d'água, na superfície do oceano ou no espaço aéreo correspondente.

Em termos econômicos e estratégicos, o Ártico é palco de disputas históricas entre China, Estados Unidos e Rússia pelo direito de sua soberania, ressaltando a importância de uma geopolítica de recursos regionalmente inserida. A Groenlândia é cenário conhecido de disputas sino-estadunidenses a fim de conquistar reservas abundantes de minerais de terras raras. A Rússia, por sua vez, se insere nas disputas territoriais marítimas, em que os limites impostos são frequentemente revistos, intensificando esse ambiente de tensões internacionais.

Ante o exposto, além das disputas políticas e militares, a Rússia se impõe economicamente no Ártico visando conquistar matérias primas e estabelecer sua soberania no extremo Norte do Planeta. A reivindicação pelos novos limites da plataforma continental ressalta a importância geopolítica que as disputas por recursos adquirem no Ártico de forma a potencializar a maneira como os russos se posicionam regionalmente frente a outros atores.



Mudanças climáticas e a reorganização internacional: Cúpula dos Líderes sobre o Clima 2021

Guilherme Novaes

Estudos apontam que o futuro da humanidade está ameaçado pela mudança climática, sendo necessárias ações globais integradas para conter seu avanço. Nesse sentido, a Cúpula do Clima, ocorrida em 22 e 23 de abril de 2021, levantou otimismo com anúncios ambiciosos de intensificação na redução de emissões de carbono por diversos países e serviu, também, como forma de os Estados Unidos (EUA), sob liderança de Joe Biden, demonstrarem seu empenho em assumir uma posição influente no tema. Quais os desdobramentos dessa “política verde” para a geopolítica global?

Os próximos anos serão ambientalmente definitivos para o planeta. O Acordo de Paris, firmado em 2015 entre 195 países, prevê a contenção do aquecimento da Terra em, no máximo, 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Cientistas estimam que já houve um aquecimento próximo de 1,1°C, portanto, um esforço conjunto é necessário para atingir essa meta, que já parece improvável de ser atingida. Esse contexto impulsiona o tema da transição energética para o centro dos debates sobre investimentos e políticas públicas. A agenda é prioritária na União Europeia há mais de uma década e, agora, está entre as prioridades na pauta de investimentos públicos dos EUA, envolvendo boa parte das ações do pacote de US\$ 2,3 trilhões anunciado por Biden, no fim de março.

O cenário, além de urgente para garantir a sobrevivência das gerações futuras, apresenta oportunidades em termos econômicos e geopolíticos. A China percebeu isso e tem investido vigorosamente no setor, liderando os investimentos em energias renováveis e buscando se inserir nos mercados emergentes com tecnologias alinhadas para tal. A transição obrigará a diversificação das exportações das economias dependentes da venda de combustíveis fósseis e é estratégica para a obtenção de segurança energética, como no caso da União Europeia, que almeja reduzir sua dependência do gás natural russo e de seus gasodutos espalhados pelo seu território.

A mudança climática traz riscos como de acidificação e elevação do nível dos oceanos, desertificação e novas pandemias. Desenha-se no momento uma nova disputa de liderança em relação à produção de tecnologias sustentáveis e do controle da narrativa de um futuro mais “verde”. Essa competição pode ser positiva no sentido de acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e, na Cúpula do Clima, foi possível observar algum comprometimento da maioria dos Estados. A Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas, a COP 26, a ser realizada na Escócia em novembro de 2021, revelará se tais declarações terão respaldo em possíveis acordos firmando os compromissos apresentados.

Principais declarações e metas anunciadas - Cúpula dos Líderes sobre o Clima 2021	
Estados Unidos	Elevou a meta para reduzir as emissões de carbono em 50% a 52% até 2030, em relação a níveis de 2005.
China	Anunciou controle estrito sobre plantas de produção de carvão e redução intensa no consumo de carvão a partir de 2025.
Brasil	Elevou meta para zerar emissões de carbono até 2050 e o desmatamento ilegal até 2030.
Rússia	Ressaltou a importância da captura e armazenamento de carbono e a importância da colaboração internacional.
Índia	Reiterou a meta de obter 450 GW de potência de energias renováveis até 2030 e apresentou parceria com os EUA para financiar e acelerar a transição.
União Europeia	Apresentou lei em processo de aprovação para reduzir as emissões em 55% até 2030, em relação a níveis de 1990.

Fonte: Earth.org

ARTIGOS SELECIONADOS & NOTÍCIAS DE DEFESA

- ▶ [COVID-19 impacts and adaptations in Asia and Africa's aquatic food value chains](#)
SCIENCE DIRECT, Ben Belton et al.
- ▶ [What to Look for in the FY2022 Defense Budget Request](#)
DEFENSE360, Todd Harrison, Seamus P. Daniels, Mark Cancian, Tom Karako e Wes Rumbaugh
- ▶ [India's Trump Card Against China](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, Phillip Orchard
- ▶ [What we know about maritime illicit trades](#)
STABLE SEAS, Lydelle Joubert
- ▶ [The World Reacts to Biden's First 100 days](#)
CARNEGIE ENDOWMENT, Rosa Balfour et al.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

MAIO



JUNHO



REFERÊNCIAS

- **Conflito na fronteira entre Colômbia e Venezuela**
EBUS, B. [Amistades peligrosas: las guerrillas colombianas en la frontera venezolana](#). **Crisis Group**, Nova Iorque, 28 abr. 2021. Acesso em: 29 abr. 2021.
TORRADO, S. [Human Rights Watch denuncia "abusos aberrantes" del Ejército venezolano en la frontera con Colombia](#). **El País**, Bogotá, 26 abr. 2021. Acesso em: 28 abr. 2021.
 - **América do Sul e Caribe: cooperação marítima e ambiental como instrumento de coesão regional**
GÚZMAN, L. [Why Chile promoted the Escazú Agreement then rejected it](#). **Diálogo Chino**, Londres, 26 nov. 2020. Acesso em: 01 mai. 2021.
[Lanzan Iniciativa mundial para acabar con la basura marina y limpiar los océanos](#). **Notícias ONU**, [s.l.], 08 abr. 2021. Acesso em: 01 mai. 2021.
 - **Hidropolítica: tensões entre Etiópia, Egito e Sudão no Nilo Azul**
[Egypt, Sudan and Ethiopia talks over Nile dam fail](#). **Al Jazeera**, Doha, 6 abr. 2021. Acesso em: 10 abr. 2021.
MUTAMBO, A. [Ethiopia, Egypt disagreement frustrates African search for Nile solution](#). **The East African**, Nairobi, 08 abr. 2021. Acesso em: 15 abr. 2021.
 - **Na encruzilhada entre Índia e China, o dilema de Madagascar**
SINGAPURA. **Ministério da Defesa**. [Address by Minister for Defence Dr Ng Eng Hen for the Indian Ocean Region Defence Ministers' Conclave](#). Acesso em: em 15 mar. 2021.
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **USGS**. [Rare Earths Data Sheet - Mineral Commodity Summaries 2020](#), [s.l.], jan. 2020. Acesso em: 15 mar. 2021.
 - **O novo plano estratégico britânico e seu reposicionamento na região Ásia-Pacífico**
GREVATT, J. [UK Integrated Review affirms 'tilt' to Asia-Pacific](#). **Janes**, Coulsdon, 17 mar. 2021. Acesso em: 01 mar. 2021.
SCOTT, R. [UK Defence Command Paper: New headmark set for Royal Navy](#). **Janes**, Coulsdon, 22 mar. 2021. Acesso em 01. Mar. 2021.
 - **Tensões Israel-Irã: situação político-estratégicas**
VHORA, A. [Israel is the arabs world's new soft power](#). **Foreign Policy**, Washington, 08 mar. 2021. Acesso em: 15 abr. 2021.
[Israeli forces carried out strike on Iran spy ship in Red Sea. NY Times reports](#). **The Times of Israel**, Jerusalem, 7 abr. 2021. Acesso em: 15 abr. 2021.
 - **A reforma constitucional da Federação Russa - uma transição à russa?**
[LAW on amendment to Russian Federation Constitution](#). **Kremlin**, Moscou, 14 abr. 2021. Acesso em: 14 abr. 2021.
STANOVAYA, T. [Russia Prepares for New Tandemocracy](#). **Carnegie Endowment Russia**, Moscou, 20 jan. 2020. Acesso em: 14 abr. 2021.
 - **Política Externa chinesa para o Oriente Médio**
TIEZZI, S. [China's Foreign Minister Heads to the Middle East](#). **The Diplomat**, Washington, 25 mar. 2021. Acesso em: 17 abr. 2021.
JIANGTAO, S. [As China faces sanctions from the West, it looks to the Middle East for alliance and influence](#). **South China Morning Post**, Hong Kong, 25 mar. 2021. Acesso em: 17 abr. 2021.
 - **China e Estados Unidos: desencontro tecnológico**
[Technology wars are becoming the new trade wars](#). **Financial Times**, Londres, 22 abr. 2021. Acesso em: 29 abr. 2021.
[China semiconductor trade association establishes work group with U.S. counterpart](#). **Reuters**, Xangai, 11 mar. 2021. Acesso em: 29 abr. 2021.
 - **Índia, Bangladesh e a questão do Rio Tista**
BANERJI, A. [India Must Settle the Teesta River Dispute With Bangladesh for Lasting Gains](#). **The Diplomat**, Washington, 09 abr. 2021. Acesso em: 29 abr. 2021.
ROY, P. [Best of 2020: Bangladesh turns to China to transform Teesta river](#). **The Third Pole**, Londres, 30 dez. 2020. Acesso em: 29 abr. 2021.
 - **Base indonésia de apoio a submarinos**
RIDZWAN, R. [Indonesia begins construction of submarine base in South China Sea](#). **Janes**, Coulsdon, 07 abr. 2021. Acesso em: 29 abr. 2021.
AO, T. [Indonesia's Naval Expansion: A New Dimension to the Existing Security Impasse in the Region](#). **Indian Council of World Affairs**, Nova Delhi, 02 nov. 2017. Acesso em: 29 abr. 2021.
 - **A proposta russa em uma extensão dos direitos sobre os recursos no Ártico**
BREUM, M. [Russia extends its claim to the Arctic Ocean seabed](#). **Arctic Today**, Anchorage, 04 abr. 2021. Acesso em: 22 abr. 2021.
OVERFIELD, C. [An Off-the-Shelf Guide to Extended Continental Shelves and the Arctic](#). **Lawfare Blog**, Washington, 21 abr. 2021. Acesso em: 22 abr. 2021.
 - **Mudanças climáticas e a reorganização internacional: Cúpula dos Líderes sobre o Clima 2021**
[The Leader's Summit on Climate 2021: A Summary](#). **EARTH.ORG**, Hong Kong, 26 abr. 2021. Acesso em: 28 abr. 2021.
TIMMERMANS, F.; BORRELL, J. [The Geopolitics of Climate Change](#). **Project Syndicate**, Praga, 26 abr. 2021. Acesso em: 29 abr. 2021.
- Capa: [HMS QUEEN ELIZABETH \(R08\)](#).
Por: Royal Navy.
- Os mapas iniciais (pág 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

► ALTO RISCO:

- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Yemen’s Houthi militants conduct bomb-laden drone assault toward Saudi frontier air base](#). **MENAFN**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- VENEZUELA — Crise estrutural: [Un general explica por qué la población en Apure se convierte en informante de la guerrilla: “La Fuerza Armada es la institución menos querida](#). **Infobae**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Mozambique: Govt to invest more in troubled Cabo Delgado region](#). **Africa News**, 28 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- MYANMAR — Golpe militar: [Myanmar conflict brings new Cold War to ASEAN’s door](#). **Nikkei Asia**, 03 mai. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

► MÉDIO RISCO:

- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [Nigeria and Cameroon link up to fight Gulf of Guinea piracy](#). **Trade Winds**, 26 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- LÍBANO — Crise estrutural: [On HM directives, Oman sends relief to Lebanon](#). **Times of Oman**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- SOMÁLIA — Instabilidade eleitoral: [UN chief welcomes return to electoral agreement in Somalia](#). **United Nations News**, 02 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- COLÔMBIA — Crise fronteiriça: [Amistades peligrosas: las guerrillas colombianas en la frontera venezolana](#). **International Crisis Group**, 28 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Ethiopia to designate TPLF, OLF-Shene as ‘terror’ groups](#). **Al Jazeera**, 01 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

- MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Avanço chinês sobre as regiões: [China says its newest carrier group conducts exercise in South China Sea](#). **The Japan Times**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• NÍGER — Aumento da atividade terrorista na região: [Sixteen soldiers killed in western Niger ambush](#). **Al Jazeera**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• SÍRIA — Tensões na região sul: [Syrian government, Kurdish forces end dispute in Qamishli](#). **Al Monitor**, 30 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: [Russia holds Black Sea drills amid Ukraine tensions](#). **DW**, 27 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• NIGÉRIA — Ataques insurgentes: [Nigeria Jihadists Attack Two Army Bases, 8 Killed](#). **The Defense Post**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• CHADE — Crise estrutural: [Chad military council names transitional government](#). **Al Jazeera**, 02 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• EL SALVADOR — Crise política: [Political clash erupts in El Salvador as Congress votes out judges](#). **Reuters**, 02 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

► MONITORAMENTO:

• AFEGANISTÃO — Insegurança regional: [Afghanistan: car bomb kills at least 21 as US prepares to withdraw troops](#). **The Guardian**, 01 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [The soft power of big business in a former Soviet republic](#). **New Europe**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• BOLÍVIA — Crise político-jurídica: [El Parlamento Europeo califica de “presa política” a la expresidenta boliviana Jeanine Áñez](#). **El País**, 29 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• CÁUCASO — Instabilidade Regional:

1. FRONTEIRA ENTRE ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito na região de Nagorno-Karabakh: [Russian military in Armenia reinforces areas near Azeri border - agencies](#). **Reuters**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

2. GEÓRGIA — Protestos da Oposição: [Georgian Democracy Stumbles Onward After Parliament Deal](#). **Foreign Policy**, 26 abr 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• HAITI — Crise institucional: [EEUU respalda las elecciones en Haití pero no el referéndum](#). **France 24**, 30 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• IRLANDA DO NORTE — Protestos pelos acordos do Brexit: [Northern Ireland secretary to meet Coveney for talks in Dublin](#). **The Irish Times**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• LÍBIA — Em cessar-fogo: [UN Security Council discusses concerns over spread of Libya's foreign fighters](#). **Al-Monitor**, 03 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Central African troops and Russian mercenaries accused of abuses in anti-rebel offensive](#). **The New Humanitarian**, 29 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• TAJIQUISTÃO E QUIRGUISTÃO — Disputa fronteiriça: [Kyrgyzstan & Tajikistan agree complete cessation of hostilities after border flare-up prompted by dispute over access to water](#). **RT**, 01 maio 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• PAQUISTÃO — Escalada de protestos violentos: [Explained: Why France has asked its citizens to leave Pakistan](#). **The Indian Express**, 22 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.

• MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: [Turkey doesn't accept international law over eastern Mediterranean, Greece's FM tells Euronews](#). **EuroNews**, 22 abr. 2021. Acesso em: 03 maio 2021.